

UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

Ricardo CAVALIERE¹

- RESUMO: Uma das tarefas que reclamam a atenção de quem se dedica à pesquisa historiográfica no Brasil diz respeito à periodização dos estudos filológicos e lingüísticos produzidos no cenário acadêmico brasileiro, das origens aos nossos dias. A par dos períodos de maior projeção intelectual, dada a riqueza e abundância dos textos escritos sobre a língua, outros mantêm-se à margem da investigação sistemática, fato que inibe uma avaliação mais severa e fidedigna sobre o percurso do pensamento lingüístico em nossa terra. A proposta de periodização que se oferece neste ensaio busca fazer referência a todos os momentos do percurso trilhado pela lingüística e pela filologia no Brasil, com citação de autores e obras mais significativos, sobretudo nos períodos mais antigos, que, por terem completado um ciclo de influências e manifestações no panorama geral dos estudos lingüísticos, prestam-se a uma avaliação crítica mais sólida. Já nos períodos mais recentes, são reconhecidos, à semelhança dos demais, como manifestações claras dos processos de continuidade e descontinuidade que caracterizaram a lingüística no Brasil, sem que, entretanto, se possa sobre eles traçar juízo definitivo tendo em vista os efeitos ainda presentes de sua manifestação em nosso cenário acadêmico.
- PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; periodização; lingüística e filologia no Brasil.

Não foram muitos os estudiosos das questões historiográficas que se impuseram a tarefa de edificar uma periodização dos estudos lin-

1 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – UFF – 24210-200 – Rio de Janeiro – RJ.

güísticos e filológicos no Brasil. Considerando que a própria trajetória da produção científica brasileira nesses campos ainda não mereceu obra de maior fôlego, naturalmente ainda ressentimo-nos de uma visão abrangente de todo o percurso já feito, de tal sorte que se possam segmentar com rigor e precisão os momentos de continuidade e descontinuidade que se evidenciam nas novas vertentes do caminho trilhado.

Dentre os lingüistas que se dedicaram à periodização dos estudos filológicos no Brasil, cito Antenor Nascentes e Silvio Edmundo Elia. O primeiro, falecido em 1972, traça no texto *A filologia portuguesa no Brasil* (Nascentes, 1939) uma linha evolutiva dos estudos sobre a língua em que figuram o **período embrionário**, que vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1834, data da publicação do compêndio *Gramática da língua nacional*, de Pereira Coruja; o **período empírico**, que vai dessa data até a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro em 1881, com acentuada tendência histórica; e o **período gramatical**, que vai de Júlio Ribeiro até 1939, ano em que se funda a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Já Silvio Elia, no volume *Estudos de filologia e lingüística* (Elia, 1975), oferece-nos o texto *Os estudos filológicos no Brasil*, em que procura traduzir uma visão crítica do percurso de nossos estudos gramaticais desde a metade do século XIX até os anos 60 do século passado, época em que redigiu o texto. A proposta de periodização de Silvio Elia promove grande avanço ao tema, sobretudo por emitir opinião sobre trabalhos e autores que lhe foram contemporâneos, não obstante com respeito a esses tenha traçado juízo mais elogiativo que avaliativo.

Ele denomina **período vernaculista** o lapso temporal que “coincide grosso modo com o advento e o triunfo da escola literária denominada Romantismo” (Elia, 1975), evocando como termo *a quo* a data expressiva da Independência do Brasil. Trata-se de período em que a descrição gramatical ainda não se impusera como tarefa basilar do gramático, senão a prevalência de formas tidas como modelares, que expressam um ideal da vernaculidade tido por expressão máxima do bem-dizer. Em seguida, abre-se, na visão de Silvio Elia, o **período científico**, composto de duas fases: a primeira, de 1880 a 1900, de forte impulso renovador, com acolhimento dos novos métodos de investigação em que despontam as “primeiras investigações da direção filológica” (Elia, 1975, p.121); a segunda, de 1900 a 1960, um grande lapso temporal que finda justamente na década em que nosso grande lingüista trouxe a lume o texto historiográfico a que me refiro.

Certamente, podem-se fazer reparos à periodização de Sílvio Elia, não obstante nela se revele grande esforço de síntese e coesão. Seu período vernaculista, por exemplo, esquece o que se fez antes da Independência, de tal sorte que algumas obras então produzidas nem sequer merecem alusão genérica, como se não expressassem um ideário norteador dos estudos vernáculos predominantes na época. Assim, nomes do início do século XIX, ligados ao fazer gramatical no Brasil, como é o caso de Madureira Feijó – português, mas com uma edição brasileira de sua gramática –, Frei Caneca e Moraes e Silva,² não de levar-se em conta numa proposta de periodização, até porque seus textos não diferiam quanto ao método de outros que saíram a lume após a Independência; a rigor volumes de cunho meramente didático, pautados pela concepção da gramática como repositório de normas do bem-dizer.

Ainda sobre a periodização de Sílvio Elia, nota-se nela certa desconsideração da grande vertente do período dito científico, surgida com o contributo de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil. A rigor, os efeitos da presença de Mattoso Câmara Jr. no cenário lingüístico brasileiro são verdadeiramente cruciais para os rumos enveredados no século XX, a partir da década de 1940, conforme procurarei comentar adiante. Elia, entretanto, prefere batizar todo o longo percurso da segunda fase – que vai de 1881 até aproximadamente 1960 – como de “direção filológica”, em evidente descompasso com manifestações relevantes do fazer científico brasileiro no curso desse lapso temporal, absolutamente divergentes de semelhante linha investigatória.

Vale ainda mencionar que o próprio Mattoso Câmara Jr. redigiu aqueloutro texto sobre o percurso dos estudos filológicos no Brasil, com ênfase em determinadas figuras exponenciais, como Manoel Said Ali e João Ribeiro. Também não cuida o mestre fluminense – não diria por equívoco, senão por preferência – de um relato das idéias, porém, dos homens, de cunho severamente pontual, satisfazendo-se em tecer juízo sobre a contribuição dos filólogos mais expressivos, com ordinário tom elogiativo, não obstante aqui e ali revele certa interpretação enviesada das tendências doutrinárias. Incorre, por assim dizer, na imagem que nos oferece Foucault sobre a dispersão dos fatos tratados: sua história não é, pedra sobre pedra, a construção de um edifício (Foucault, 2000).

2 Há quem admita ser Moraes e Silva filólogo português, por ter nascido e produzido sua obra no período colonial.

Algumas posições de Mattoso Câmara Jr. sobre o perfil científico de certos filólogos parecem-me indevidas. Cite-se, por exemplo, sua referência a Mário Barreto, notoriamente ligado à escola filológica do português europeu, em cuja obra afirma haver “uma ocorrência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola dependia em termos neogramáticos” (Câmara Jr., 1972, p.200). Quanto a Sousa da Silveira, filólogo da geração legatária do período científico, afirma ter-se destacado “por um espírito de rigor neogramático, que não se encontra nas obras de seus antecessores” (ibidem, p.204). Não creio, sobretudo quanto à teoria lingüística, que se possa atribuir a esses dois nomes real influência neogramática.

Mário Barreto, como bem revela sua obra, tinha uma personalidade científica reta e rigorosa. Seguiu aquela vertente do empirismo exacerbado em que toda afirmação teórica é exaustivamente corroborada com *corpora* de linha literária. Nada em seus textos, entretanto, revela influência dos neogramáticos, senão o rigor metodológico; já as bases do mentalismo, da sintaxe psicológica, por exemplo, que tanto ao grupo de Leipzig e seus seguidores, como é o caso de Hermann Paul, não estão no modelo seguido por Barreto. Há, decerto, uma determinada tendência de qualificar como neogramático qualquer modelo de investigação pautado pelo rigor e pelo historicismo, o que decididamente não procede. Quanto a Sousa da Silveira, a vertente de sua obra dedicada à descrição gramatical é claramente fundada nos estudos histórico-comparativistas. Percebeu-o, por sinal, o olhar lúcido do próprio Mário Barreto, que não escondia o prazer de encontrar entre nós um filólogo que, como ele próprio, seguia as trilhas abertas pela filologia lusitana: “Felicitou-o como a um dos discípulos mais distintos da escola de filologia, digna da mais alta estima, e que se desenvolve e fortifica cada vez mais, criada por Leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna e Carolina Michaëlis” (Pereira, 1945).

Por sinal, o verdadeiro legado do paradigma neogramático no Brasil está na obra de Said Ali, sobretudo nos estudos sintáticos publicados nas *Dificuldades da língua portuguesa*, em que nosso mestre desfila uma rica argumentação sobre estruturas como **se** indeterminado e **se** apassivador, com base na tese de “função psicológica de agente indeterminado” em estruturas como *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*³ (Ali, 1966a, p.92). Nesse estudo, aliás, Said Ali cita nominalmente

3 Os exemplos são do próprio Said Ali.

as obras de Hermann Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e de Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, que tratam da distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais.

Considerando que a lingüística e a filologia no Brasil sempre se apoiaram em cânones de paradigmas estrangeiros, não estaríamos distanciados da verdade científica se erigíssemos um quadro periódico-historigráfico dos estudos brasileiros com fulcro nessa escola ou nessas linhas de investigação ao longo de tempo. Seria uma hipótese de denominação em que se reconheceriam os trabalhos produzidos em determinadas épocas em face de suas influências doutrinárias. Semelhante procedimento, certamente, funcionaria bem para os primeiros períodos do século XXI e metade do século XX, em que lingüística e filologia não tinham faces claramente distintas. A partir de Mattoso Câmara Jr., entretanto, em meados do século XX, as fontes doutrinárias só se renovam claramente na vertente de estudos sobre a linguagem a que se resolveu denominar propriamente lingüística. Já a filologia, assim entendida como o estudo da língua no texto, manteve-se fiel aos velhos cânones historicistas, cunhados pela "geração de ouro" da filologia portuguesa formada por Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, entre outros. Os estudos dialetológicos, que, segundo algumas opiniões, estariam ligados à linha investigatória da filologia, na verdade seguiam orientações teóricas pontuais, quando não se esteavam na metodologia da geografia lingüística herdada do século XIX.

Voltando ao problema de periodização, julgo ser difícil erigir um modelo pautado por fontes doutrinárias envolvendo conjuntamente a filologia e a lingüística brasileiras a partir da quarta década do século XX. Isso porque, a partir desse momento, as fontes de lingüística já não são as mesmas da filologia, tanto que se faz observar a grande aceitação de que goza a lingüística estrutural nos estudos de língua vernácula desde então publicados. Como o modelo proposto pelo estruturalismo, extremamente formal, distanciado da análise do texto, em nada contribuiu para o avanço da filologia, esta manteve-se fiel ao historicismo herdado do século XIX, enquanto via a lingüística enveredar por novas e cativantes sendas ao longo de todo o século XX.

Disso resultou, como se sabe, certa discriminação da filologia, excluída aos poucos da discussão científica e ausente das novas teses acadêmicas ao longo de vários anos. Há hoje certa retomada do percurso aberto pela filologia, sobretudo no concernente ao papel da palavra na concepção do texto, como se observa em determinada vertente da Análise do Discurso voltada para a análise lexical (Maingueneau, 1997). É fato,

entretanto, que, no Brasil, a filologia estagnou durante décadas, muito por causa do “modismo” da lingüística estrutural, mas também em razão do “envelhecimento” de suas fontes doutrinárias. Os cursos oficiais de lingüística nas universidades brasileiras, que já buscavam, desde as origens, clara inspiração no estruturalismo – haja vista os conteúdos do curso pioneiro de Mattoso Câmara Jr. na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1938⁴ – firmaram-se do final da década de 1960 até boa parte da década de 1980, como divulgadores eficientes dessa escola, com predominância avassaladora da pesquisa sincrônica com *corpora* em língua oral.

Uma solução alternativa, a de distinguir o percurso dos estudos lingüísticos daquele trilhado pelos estudos filológicos, não nos parece útil do ponto de vista historiográfico, porque quebra a necessária unicidade que semelhante procedimento requer. Além disso, ficaria a filologia “marginalizada” a partir de certo momento, já que, como se observou nos parágrafos precedentes, sua produção na área da pesquisa universitária brasileira sofre intensos reveses, sobretudo nos anos 1970, cujos motivos, além dos já citados, vão do desprestígio da língua literária, a rigor, da norma escrita em geral como objeto de investigação, à certa – e indevida, diga-se de passagem – “vinculação necessária” entre a filologia e a gramática normativa, que caíra em desgraça durante largo período no meio universitário.

Outra questão, atinente à produção acadêmica, dificulta a construção de um quadro de periodização dos estudos sobre a língua no Brasil. Refiro-me à concepção dos textos escritos ao longo de todo o nosso percurso historiográfico. A leitura dos textos dos séculos XIX e boa parte do século XX, por exemplo, revela grande predominância dos compêndios gramaticais, seguidos dos estudos especializados – majoritariamente volumes sobre sintaxe, morfologia, fonologia e ortografia – e das teses acadêmicas, sobretudo aquelas elaboradas para concursos públicos. Hoje, entretanto, o perfil das obras publicadas sobre linguagem não é o mesmo. Proliferam em grande maioria os estudos pontuais, em que se exploram temas de grande especificidade, seguidos das teses acadêmicas, ordinariamente adaptadas para versão editorial. Já as obras extensas, que procuram dar tratamento abrangente sobre a gramática do português, figuram em flagrante minoria.

4 Interessante notar que, com a extinção da UDF e posterior criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o curso de Lingüística Geral de Mattoso Câmara Jr. foi interrompido por vários anos e reiniciado em 1948 com uma turma de apenas três alunos: Rosalvo do Vale, Solange Pereira de Vasconcelos e Maximiano de Carvalho e Silva.

A rigor, a partir dos anos 1970, com a maior disseminação de programas de capacitação docente em nível estadual, cujas verbas são destinadas a cursos de pós-graduação, publicação de periódicos e organização de eventos, os textos científicos passaram a ter menor extensão e maior especificidade, um tipo de trabalho ordinariamente divulgado em dado encontro científico e depois publicado na forma de artigo. Ou mesmo ensaios curtos, publicados em periódicos, em capítulos de obras coletivas, essas últimas à feição dos volumes temáticos que tanto popularizaram e até hoje gozam de especial aceitação. O fato se deve, possivelmente, a uma nova ordem editorial, combatida por crise econômica, aparentemente infundável, em que se busca repartir o espaço – e também as verbas – de publicação, de tal sorte que se possa dar conta da grande e difusa produção científica.

Esse fato, talvez, tenha inibido o surgimento de um volume, de um dado livro que considere um marco historiográfico, tendo em vista os efeitos de ruptura e reconstrução da ordem acadêmica decorrente, como ocorre com a *Grammatica portuguesa*, de Júlio Ribeiro, no século XIX, e *Princípios de lingüística geral*, de Mattoso Câmara Jr., na primeira metade do século XX. Semelhante hipótese não se pode acatar sem ressalvas, já que outros fatores certamente contribuem para que um dado texto emblemático surja no cenário científico. Fato é que, com o dinamismo da difusão do saber, com o compartilhamento de experiências dentro da universidade moderna, em que o objeto se desnuda a vários olhares nos grupos de trabalho, as novas conquistas deixam de surpreender, porque já não se restringem ao esforço pontual de poucos pesquisadores.

Em síntese, já não vivemos a época de um Júlio Ribeiro, que lutava por uma descrição gramatical na forma e na função da palavra, em oposição ao generalizado pendor para uma descrição pautada pelo racionalismo de Port-Royal, ou a época de um Manoel Said Ali, que lia os neogramáticos, enquanto os demais ocupavam-se do historicismo comparativista de Bopp, Grimm, Darmesteter, ou dos vernaculistas europeus. Já não há um Mattoso Câmara Jr. que se abeberava na fonte estruturalista de Saussure, Bloomfield e Jakobson, enquanto a maioria mantinha-se fiel a Diez, Meyer-Lübke, Gonçalves Vianna e Leite de Vasconcelos. Com efeito, caso o atual trânsito do saber científico, em que as trocas e contribuições mútuas são intensas e proficuas, já caracterizasse os anos em que viveram esses grandes nomes da nossa história lingüística, decerto não nos teriam eles surpreendido como o fizeram.

O problema, pois, no que tange à construção de um quadro periódico dos estudos sobre a linguagem no Brasil, desdobra-se em várias faces, que inibem a aplicação de um critério homogêneo. Se considerarmos a publicação de obras expressivas, por exemplo, como marco de uma nova vertente, de novos rumos, haveremos de encontrá-las em dado período mas não em outros. Se levamos em conta a ocorrência de fatos relevantes para a difusão e o desenvolvimento desses estudos, como é o caso da inclusão da disciplina Linguística Geral nos cursos de Letras da antiga Universidade do Distrito Federal, também não teremos em todo momento de transição. A hipótese mais acatável de organizar um quadro vinculado às tendências teóricas, às escolas lingüísticas ou às fontes doutrinárias certamente enfrentaria óbices severos em dada época, como a dos anos 1940 e 1950, em que a tradição filológica coexistiu com a modernidade da lingüística estrutural.

Julgo possível uma tentativa de periodização heterogênea, com fulcro em dois fatores: as fontes teóricas, que dão feição a novas ordens no desenvolvimento e difusão dos estudos lingüísticos, e as obras representativas desses momentos de ruptura. As fontes teóricas conferem unicidade e identidade ao período, ao passo que as publicações atuam como marcos históricos de sua vigência. Quanto à denominação dos períodos, tenho que se possam usar termos que façam referência genérica ao momento em foco, como uma espécie de palavra-síntese de seu perfil, o que, sem dúvida, também vai muito ao gosto pessoal.

O período embrionário: das origens até 1802

Cabem, agora, duas palavras sobre fato não menos complexo. Se admitirmos que o trabalho de periodização só pode encetar-se pela análise dos textos sobre a linguagem, cumpre linearmente definir um objeto: que é um texto lingüístico brasileiro? A indagação procede na medida em que uma dada obra, que desfruta de grande valor historiográfico para alguns, pode não ser considerada idônea para muitos pesquisadores, entre outros motivos, por não ser aceita como genuína expressão de nossa produção científica. Há, em princípio, dois caminhos para deslindar essa questão: o primeiro serve-se de um critério *ratione loci*, ou seja, decorrente da publicação do texto dentro das fronteiras nacionais, independentemente de sua autoria. Nesse caso, textos aqui publicados por cientistas estrangeiros também haveriam de considerar-se nacionais. O

outro caminho pauta-se por critério *ratione auctoris*, com atribuição de *status* nacional somente a textos que tenham sido escritos por lingüistas ou filólogos brasileiros.

Uma questão subliminar, entretanto, confere maior complexidade à bifurcação inicial, já que aqui a escolha certamente definirá o que é *texto brasileiro*, mas não o que é *texto lingüístico*. Na busca dessa última definição, vislumbramos algumas opções: texto lingüístico é o que trata apenas de lingüística geral, ou o que também trata especificamente de língua vernácula? Hão de considerar-se também os textos sobre línguas vernáculas estrangeiras publicados no Brasil? Decerto que a discussão desse tema requer mais espaço – e significativo esforço –, razão por que adoto aqui uma solução *ad hoc*, que diz respeito unicamente à proposta de periodização encerrada neste estudo, qual seja, a de considerar texto lingüístico brasileiro o que trata de questões sobre lingüística geral, filologia, língua vernácula nacional ou língua não oficial falada em território nacional.

No que tange à questão da nacionalidade, julgo mais conveniente resolvê-la de acordo com o critério *ratione loci*, razão por que estabeleço o marco inicial de um primeiro período historiográfico na publicação da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1990), cuja primeira edição data de 1595.⁵ A *Gramática* de Anchieta, por sinal, foi escrita cerca de quarenta anos antes de sua *editio princeps*, fato que lhe confere maior caráter precursor. Se o critério *ratione auctores* fosse o agasalhado, então havia de situar-se o termo a *quo* dos estudos lingüísticos no Brasil bem mais tarde, pois não era Anchieta brasileiro, como se quer; eram os demais missionários jesuítas ou leigos que trataram de questões lingüísticas no Brasil no século XV ou XVI. O critério evidencia-se, decerto, como inaceitável quando lembramos que inúmeros filólogos e lingüistas que participaram e ainda participam da formação do pensamento lingüístico no Brasil – como é o caso de Charles Grivet, do padre Augusto Magne e, bem mais recentemente, de Antony Naro – nele não se enquadrariam.

Julgo, pois, conveniente denominar **período embrionário**, termo que peço emprestado a Antenor Nascentes (1939) – embora nosso filólogo o tenha usado para caracterizar lapso cronológico diferente –, esse grande segmento que vai de 1595, ano em que é publicada a *Arte de*

5 Sabe-se que entre a primeira versão, manuscrita, e a tradição impressa, a obra de Anchieta sofreu inúmeras modificações de conteúdo lingüístico.

gramática da língua mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, a 1802, quando surge entre nós a *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva. Trata-se, a rigor, de um período pré-histórico, na medida em que os estudos filológicos em toda a sua extensão são esparsos e sem nenhum valor significativo como expressão do pensamento lingüístico no Brasil. Entretanto, devemos considerá-lo ao menos no que tange à formação intelectual dos que, efetivamente, a partir do século XIX, viriam construir as bases de nossa verdadeira identidade nos estudos sobre a linguagem. Diga-se ainda que a pesquisa pouco se tem aventurado na busca de textos gramaticais do período embrionário, veio que talvez se venha a enriquecer com a pesquisa nos imensos arquivos públicos e privados, repletos de documentos dos séculos XVII e XVIII, os quais se mantêm até hoje à espera de mãos investigadoras.

O período racionalista: de 1802 a 1881

A publicação do *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva, pode situar uma nova vertente dos estudos gramaticais no Brasil com fulcro na tradição dos compêndios didáticos lusitanos, que, até então, seguiam as bases da gramática latina aplicadas ao vernáculo. Sem dúvida, trata-se de um momento coeso em nossa produção gramatical por seguir uma linha de estudos uniforme, com objeto bem definido: o ensino da norma literária na escola de nível elementar. Vislumbram-se, entretanto, nesse período, as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência.

Com notável presença do chamado "grupo maranhense", formado, entre outros, por Antônio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero Reis, a par de conhecidos vernaculistas, como Charles Grivet, autor da *Grammatica analytica da lingua portugueza*, publicada em 1865, o período racionalista deixou marcas profundas no ensaio português do século XIX, constituindo, sem dúvida, o primeiro modelo de produção gramatical que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. A principal crítica que se lhe põe, decerto, reside na pouca ou mesmo nenhuma importância que então se dedicava ao estudo do português brasileiro, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos.

Nesse momento dos estudos sobre a língua no Brasil desponta em qualidade a obra de Francisco Sotero dos Reis. Em sua *Grammatica portugueza*, cuja terceira edição – a mais recomendada – é de 1877. Sotero avança em considerações importantes sobre a natureza da linguagem humana, demonstrando conhecer os limites entre a ciência lingüística, que despontava nos grandes centros europeus, e a arte gramatical. À primeira denominava **Grammatica Geral**, “sciencia dos princípios imutaveis e geraes pronunciada ou escripta em todas as linguas”, e à segunda, **Grammatica Particular**, ou seja, a arte de “applicar os princípios imutaveis e geraes da palavra ás insituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua” (Reis, 1871, p.V).

No que tange à estrutura, a obra de Sotero segue o paradigma dos compêndios vernáculos europeus que dividiam a matéria gramatical em **etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia**. Nesse modelo, a sintaxe recebia tratamento igualitário ao da ortografia, por exemplo, fruto da obsessão purista que acabava por empanar a fundamentação teórica e a própria descrição do fato gramatical. A obra de Sotero – como, por sinal, a de todos os autores de maior relevância do período – também revela, em face das fontes diretas, sensível influência da descrição lingüística herdada da *Grammaire de Port Royal*, inclusive no que tange à sinopse gramatical, à teoria sintática calcada no tripé sujeito-verbo-atributo, e na conhecida hipótese dos verbos substantivos e verbos adjetivos.

O período científico: de 1881 a 1941

Os ecos dos estudos histórico-comparativistas europeus, iniciados nos primeiros anos do século XIX, chegaram-nos com considerável atraso, certamente em razão da forte tendência de estudo vernáculo com conotação meramente normativa, predominante no período racionalista. O contributo da nova Ciência Lingüística, dedicada à construção da história da língua como fenômeno universal, e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, não conseguiu ambiente propício para florescer em terras brasileiras senão a partir da segunda metade do século. Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo lingüístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer para a investigação dos seres vivos, a par da metodologia inovadora proposta por nomes como Schlegel, Whitney e Max Müller. Surge, enfim, um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical, deixa de ser contemplado para ser analisado.

O primeiro texto sistêmico em que se interpretaram as novas tendências é, sem dúvida, a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881. Nos dois decênios finais do novecentos, explode uma riquíssima produção lingüística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatómico da palavra. Citem-se, por constituírem exemplo emblemático, as teses *Archaismos e neologismos* e *Themas e raizes*, oferecidas pelo filólogo Fausto Barreto às bancas de seus dois concursos à cátedra do Colégio Pedro II. Barreto, um estudioso da história natural, convenceu-se de que era possível aplicar na língua os mesmos métodos de investigação utilizados na biologia, com ênfase marcante nos estudos etimológicos.

Esse primeiro momento do período científico, que bem se pode denominar **fase fundadora**, estende-se até o primeiro decênio do século XX, com ampla produção de compêndios de língua vernácula em que muitas páginas se dedicavam aos estudos etimológicos, não obstante se ocupassem primordialmente da descrição do português contemporâneo. São dessa fase nomes como Máximo Maciel, Manuel Pacheco da Silva Júnior, Lameira Andrade, Alfredo Gomes, Heráclito Graça, Eduardo Carlos Pereira, entre outros, a par de dois grandes lingüistas que, beneficiados pelo extremado saber científico e pela vida longa, seguiram curso mais prolongado e profícuo em sua caminhada acadêmica: João Roberto e Manoel Said Ali. Cumpre também observar que certos nomes, como o de Ernesto Carneiro Ribeiro, percorreram trilhas anteriores ao cientificismo reinante no final do século XIX, com perfil de início racionalista, para finalmente acatar sem reservas as novas teses da Ciência Lingüística.

Uma nova feição, de caráter mais filológico, estaria por iniciar-se na geração seguinte, sobretudo no que tange às fontes doutrinárias e ao objeto de pesquisa. Enquanto a corrente de Júlio Ribeiro pautou-se por uma doutrina em que os fundamentos gerais da história da língua aliam-se a uma descrição minuciosa da palavra como objeto de análise em todas as partes da gramática – fonologia, morfologia, sintaxe e, em alguns textos, semântica –, uma nova vertente busca inspiração na filologia de Diez e Meyer-Lübke, agasalhada sem ressalvas e bastante enriquecida no estudo do português em razão dos trabalhos da “geração de ouro” lusitana, já aqui mencionada, de que faziam parte Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Gonçalves Vianna, José Joaquim Nunes e Júlio Moreira.

Com essa novel abordagem do fato gramatical, que dá início a uma **fase legatária** dos primeiros esforços empreendidos pelo período cien-

tífico, o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado por minuciosa pesquisa etimológica e pelo comparativismo típico da romanística européia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica. Um traço particular dessa fase, ademais, diz respeito ao uso de *corpus* eminentemente literário, em que dominam os clássicos portugueses, para abonar teses sobre construções vernáculas contraditórias. Não se abandonam, decerto, o rigor científico e o espírito positivista que estiveram na formação do período científico; percebe-se, isto sim, uma mudança de interesse na pesquisa, de tal sorte que questões mais abrangentes, como a construção do paradigma verbal ou o problema das partes do discurso, cedem espaço para aspectos idiossincráticos do português, tais como as construções com *se*, as regências e os casos mais raros de concordância verbal. Busca, enfim, uma descrição mais minuciosa das construções portuguesas, de tal sorte que se distingam as dignas de uso em norma elevada, por serem as mais abonadas pelo texto literário.

Essa constatação não diminui o valor científico dos trabalhos então produzidos, já que, nessa arqueologia do ideal vernáculo, constroem-se estudos magníficos sobre o funcionamento da gramática do português, com especial enfoque na sintaxe e na morfologia. Integram a fase legatária do período científico, que vai até o final dos anos 1930, nomes de escol como Otoniel Moa, Silva Ramos, Mário Barreto, Sílvio de Almeida, estes num primeiro momento, além de Souza da Silveira, Augusto Magne, Antenor Nascentes, José Oiticica, Clóvis Moneiro e Cândido Jucá (Filho). Cumpre ainda notar, como já assinalado anteriormente, que a intensa produção intelectual que caracteriza a obra de João Ribeiro e Said Ali – membros da fase fundadora falecidos, respectivamente, em 1934 e 1953 – conferiu a ambos participação ativa também nessa fase legatária, havendo-se destacado Said Ali pelo vanguardismo na macrovisão da sinopse gramatical em sua *Gramática secundária*, cuja primeira edição remonta ao início dos anos 1920 (Ali, 1966b) e nos estudos semânticos em língua oral publicados nos *Meios de expressão e alteração semântica*, vindos a lume no início dos anos 1930 (Ali, 1971).

O período lingüístico: de 1941 aos nossos dias

O ato de política educacional que maior repercussão provocou nos rumos dos estudos lingüísticos no Brasil certamente está na organiza-

ção do curso de Letras da UDF, no final dos anos 1930, em cujo *currículo* básico decidiu-se incluir a disciplina Lingüística Geral. Percebe-se haver na época noção inequívoca de que a lingüística merecia estudo teórico específico, emergindo como disciplina em nível superior e evidenciando-se como objeto da pesquisa universitária. Com efeito, em todo o percurso até então traçado nos estudos lingüísticos, o objeto imediato da descrição era a língua vernácula, mesmo nos primeiros momentos do período científico, não obstante nessa época as teses sobre lingüística geral se evidenciassem em considerável ênfase.

Não se pode negar, entretanto, que jamais anteriormente se dedicara atenção específica à teoria lingüística, assim entendida como objeto desvinculado da análise do fato gramatical em português, ou mesmo da área mais abrangente da romanística. A inclusão da disciplina Lingüística Geral no *currículo* da UDF, pois, viria desviar as atenções acadêmicas para as teses universais sobre a língua, para o estudo e a reflexão sobre os paradigmas teóricos, sem necessária referência ao português, que continuava, obviamente, a merecer estudo particular em outras disciplinas da grade curricular.

A primeira turma de Lingüística Geral no Brasil foi regida por José Oiticica (Silva, 1984), mas, por motivos não muito esclarecidos, o autor da *Teoria da correlação* não conseguiu cumprir os objetivos esperados. Após uma profunda reforma de conteúdos nos cursos da UDF, convocou-se o professor Joaquim Mattoso Câmara Jr. para dar seguimento ao curso no ano de 1938, cujas aulas deram origem aos textos que viriam, por iniciativa de Sousa da Silveira (cf. Silva, 1984), a ser publicados na *Revista de Cultura* em 1939 e 1940. No ano seguinte, o trabalho saiu em volume único com o título *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. A lingüística, enfim, passava de matéria adjetiva a matéria substantiva no Brasil.

A ordinária referência que se faz a Joaquim Mattoso Câmara Jr. como introdutor da lingüística no Brasil, a meu juízo, merece certo reparo. Sabemos que foi ele o executor de um programa destinado a divulgar nos meios acadêmicos os estudos de lingüística geral. Sabemos também que a ele se deve o ingresso do paradigma estruturalista entre nós, com fulcro nas teses já mundialmente acolhidas acerca dos elementos estruturais do sistema lingüístico, com ênfase nas formas mínimas significativas. Mattoso Câmara Jr., por sinal, cuidava de diferenciar em seus estudos a nova ordem, para ele uma “nova disciplina interessada justamente nesta função lidimamente lingüística”, que teria surgido

a bem dizer simultâneamente, na Europa e nos Estados Unidos da América. Lá, sob inspiração das doutrinas e Saussure em lingüística, com as pesquisas e as elocubrações dos lingüistas russos e tcheques reunidos no famoso Círculo Lingüístico de Praga, a partir de 1925. Na América teve uma primeira concretização com Edward Sapir, também na década de 20, e em seguida se consolidou e em parte reformulou com o ensinamento de Leonard Bloomfield, desde 1933, e os trabalhos de uma numerosa escola de discípulos diretos e indiretos. (Câmara Jr., 1973, p.15)

Enfim, a Mattoso Câmara Jr. devemos a implantação da lingüística geral no cenário acadêmico brasileiro, em suas bases estruturalistas.⁶ Dizer que a ele devemos a introdução da lingüística no Brasil é fazer supor, *contrario sensu*, que seus antecessores nem sequer se envolveram com a lingüística como ciência, o que decididamente é inverídico. A antiga ordem, que se abeberava nas lições de Bopp Whitney, Scheicher, Bréal, Max Müller e outros – para referirmo-nos à fase fundadora do período científico –, bem como nas teses de Meyer-Lübke, Diez, Adolfo Coelho, e dos neogramáticos em geral – para mencionarmos os que compuseram a fase legatária do mesmo período –, não pode ser qualificada como meramente “filológica” ou “normativa”. Utilizava, decerto, um aparato teórico que envelheceu rapidamente, inerme ante a avassaladora febre estruturalista dos anos 1920, que até hoje produz estudos de excelente nível. Fato é que o que se produziu no Brasil em matéria de linguagem, antes de Mattoso Câmara Jr., também tinha amparo conceptual na lingüística.

Considerando, entretanto, que o cisma teórico-metodológico que se estabeleceu no cenário brasileiro após a publicação de *Princípios de lingüística geral* trouxe, entre outras novidades, a consolidação da lingüística como ciência autônoma dentro da Universidade, com decorrente produção científica desatrelada do dogmatismo vernaculista e alheia a qualquer compromisso didático, creio ser cabível denominar essa fase como **período lingüístico**, estabelecendo seu marco inicial no ano de 1941, em que vem a público os *Princípios de lingüística geral*,⁷ a mais importante obra teórica sobre linguagem escrita no Brasil em todo o século XX. Nesse período, que se prolonga até nossos dias,

6 Mattoso Câmara Jr. usava o termo “lingüística descritiva”, em aposição a “lingüística histórica”, para caracterizar o paradigma que surgiu no século XX com Saussure, L. Hjelmslev, Anon Marty, J. Firth, Bloomfield, entre outros (Câmara Jr., 1979).

7 Essa obra emblemática de Mattoso Câmara Jr. recentemente mereceu detido estudo da Profa. Nil-da Cabral, com vistas ao estabelecimento do texto definitivo.

abre-se de plano uma fase estruturalista, pelos exatos motivos que venho alinhavando, na qual, além da óbvia presença de Mattoso Câmara Jr., pode-se incluir o nome de Sílvio Edmundo Elia.

A Sílvio Elia, decerto, não se pode atribuir uma “postura” estruturalista, já que sua riquíssima obra percorre sem dificuldades outros paradigmas da descrição lingüística no século XX, aí incluindo-se a filologia românica e a sociolingüística. Sua contemporaneidade ao trabalho desenvolvido por Mattoso Câmara Jr., a par de sua feição receptiva aos estudos de lingüística geral, confere ao saudoso mestre, um dos fundadores dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, perfil absolutamente compatível com a nova ordem de estudos sobre a linguagem no Brasil. Prova o espírito vanguardista de Sílvio Elia a explicação que o mestre carioca oferece (Ranauro, 1997, p.79) para a conhecida polêmica travada com José Oiticica. O problema girou em torno do termo **fonologia**, presente no volume *Compêndio de língua e literatura*, publicado no ano de 1951 em co-autoria com a Profa. Jeannete Budin. No referido livro, Elia abre uma nota de rodapé para comentar o sentido que **fonologia** tinha numa nova vertente de descrição proposta por Nicolas Trubetzkoy em seu *Grundzüge der Phonologie* (publicado em 1939). O fato irritou profundamente Oiticica, que já usara o termo **fonologia** em seu conhecido *Manual de análise (léxica e sintática)*, de 1953, e, portanto, se sentira “roubado”. A verdade é que, como bem assinala Elia, o sentido que tem o termo fonologia na obra de Oiticica em nada se aproximava dos conceitos disseminados pela Escola de Praga.⁸

Não obstante, resta inequívoco que a geração filológica que florescera nas décadas de 1920 e 1930, alheia ao percurso alternativo que o cisma de 1941 abriu, tenha formado novo e excelente grupo de pesquisadores, fiéis às bases da filologia românica, porém receptivos a novas influências, ainda que de modo superficial. Esses “novos filólogos” mantiveram certos princípios herdados ao período científico, com a produção de gramáticas para o ensino fundamental, a centralização dos estudos em língua vernácula e a importância do estabelecimento de uma norma padrão, calcada em *corpus* literário (agora, clássicos portugueses e brasileiros). Não rejeitaram a lingüística geral, mas escudaram-se de absorvê-la sem reservas em seus trabalhos, razão por que

8 O primeiro estudo que aplica a fonologia da Escola de Praga entre nós é a tese de doutoramento de Mattoso Câmara Jr., intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, publicada em 1953. Bem antes, porém, as teses de Trubetzkoy já tinham sido objeto de comentário em resenha de Serafim da Silva Neto no n.10 da *Revista Filológica*, saído a lume em 1941 (Ranauro, 1997, p.79).

logo se lhes conferiu um papel de “oposição” aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos estruturalistas. Nessa primeira fase do período lingüístico, cria-se uma atmosfera densa e hostil, que encobre uma “guerra” de interesses e prestígio entre filologia e lingüística no Brasil.

Os membros do “grupo filológico” mantiveram o domínio do pensamento gramatical no ensino elementar, como era de supor, até meados dos anos 1970. Dele participaram, dentre outros, grandes nomes da descrição gramatical, que hoje são freqüente e indevidamente citados como membros da “tradição gramatical brasileira”.⁹ Ismael Coutinho, Ernesto Faria Júnior, Cândido Jucá (Filho) – este último pertencente a um período de transição entre a fase legatária do período científico e o período lingüístico –, a par de figuras exponenciais como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, Jesus Belo Galvão, Carlos Henrique da Rocha Lima, Renato Mendonça, Theodoro Maurer, Isaac Nicolau Salum, Mário Pereira de Sousa Lima, Silveira Bueno, Albino de Bem Veiga, e tantos outros que a memória não me permite agora citar. Num momento posterior, essa corrente viu nascer o trabalho emérito de Evanildo Bechara, Leodegário de Azevedo Filho, Ângela Vaz Leão, Almirio Macedo, além de outros que bem se inscrevem nesse perfil de investigação filológico.¹⁰

Diga-se ainda que, embora tenha erguido pilares que o tornaram se não absoluto, certamente predominante no ensino e na pesquisa dos fatos lingüísticos até o final da década de 1970, o estruturalismo logo se viu acompanhado de novas correntes da lingüística contemporânea na conquista de novos adeptos dentro do ambiente universitário. A onda de estudos sobre a oralidade, inclusive com a criação de grandes projetos de pesquisa em nível nacional – cite-se o “Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil”, depois conhecido como “Projeto **Nurc**” – deu oportunidade ao trabalho respaldado na sociolingüística variacionista, com suas propostas de investigação baseada em questionários e levantamento de dados. Focaliza-se a pesquisa no melhor entendimento de uma norma urbana culta, por ser ela a expressão mais evidente da língua em termos nacionais. Nas palavras de Juan Lope Branch, lingüista mexicano que coordenou

9 São, na verdade, membros do período linguístico que herdaram as bases da tradição gramatical iniciada no período científico

10 A mais recente edição da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999), revela novos rumos da descrição gramatical agasalhados pelo eminente lingüista, com fulcro na teoria de Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr.

o “Proyecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamerica”, um projeto mais abrangente do que o “Nurc” brasileiro, “*no hay duda de que, de todas las realizaciones del habla existentes en una nación, la urbana normal o standard – es la más importante y digna de estudio, puesto que suele ser el foco de irradiación lingüística desde el cual se extienden los hechos de la lengua al resto del país*” (Bem Veiga, 1971, p.99).

Os estudos sincrônicos dominam a Universidade, acolhendo a simpatia de grandes pesquisadores, entre os quais se podem citar alguns envolvidos com o “Projeto Nurc” no Brasil dos anos 1970: Nélson Rossi, Celso Cunha, Isaac Nicolau Salum, Ataliba de Castilho, Cidmar Teodoro Pais, Enzo del Carratore. Cria-se, ademais, com a divulgação intensa dos novos rumos de pesquisa certa confusão – sem que, para tanto, tenha contribuído o trabalho correto dos pesquisadores envolvidos – sobre o conceito de norma urbana culta, obviamente restrito à manifestação oral da linguagem, mas que, para muitos professores menos cuidadosos, se estendia ao padrão escrito. Com isso, o ensino do português na escola fundamental e média luta por modernizar-se, atualizando as matrizes normativas às novas conquistas da pesquisa lingüística, sem contudo deixar sempre claro que certas variáveis normativas ditas “cabíveis” em língua oral não se podiam aplicar sem restrição à língua escrita.

Ainda nessa fase inicial do período lingüístico, que melhor julgo denominar **estruturalista** – pela predominância marcante do modelo na produção acadêmica brasileira até finais dos anos 1970 –, há de observar-se a crescente criação de linhas de pesquisa com inspiração em novos modelos da lingüística norte-americana, notadamente a Gramática Gerativa, que em face do severo formalismo e, numa certa medida, do percurso pontificado por grandes lapsos de ruptura teórica, não alcançou a mesma disseminação que a escola estruturalista usufruiu nos meios acadêmicos. Algumas tentativas de descrição do português com inspiração nos modelos iniciais da Gramática Gerativa encontram-se nos volumes *Análise sintática*, de Miriam Lemle; *A Gramática Gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*, de Mário Perini; e *Sintaxe gerativa do português*, de Lúcia Lobato – sem contar com inúmeros artigos em periódicos e obras coletivas. O aparato teórico dessa vertente de investigação no Brasil, naturalmente, busca inspiração predominantemente na obra de gerativistas norte-americanos, como Noam Chomsky, George Lekoff, Ray Jackendoff e Paul Postal.

Como alternativa ao veio gerativista e à onda avassaladora do estruturalismo, eixos demasiadamente formais, em cujo entorno desenvolve-

ram-se as teses universitárias dos anos 1970 e de boa parte dos anos 1980, surge, em meados dessa década, uma pujante vertente que retoma a análise lingüística do texto e a investigação da língua em uso pelo falante. Essa nova rota, na realidade, expressa uma nova fase do período lingüístico, a que se pode denominar **fase diversificada**, em que o foco da atenção sai das entranhas da gramática, para expandir-se no ambiente sem fronteiras dos usos lingüísticos. Cria-se, pois, um cenário em que cooperam modelos teóricos díspares, não obstante tangentes, como o da sociolingüística laboviana, do funcionalismo inspirado no trabalho de T. Givón, na pragmática de Stephen Levinson, a par do campo imenso aberto pela análise do discurso (em seus conhecidos ramos: o francês e o anglo-saxão),¹¹ com significativa presença da semântica argumentativa inspirada no trabalho de Oswald Ducrot e Patrick Charaudeau, entre outros. Já a antiga ordem filológica, que se vira obliterada pelo culto ao formalismo ortodoxo do estruturalismo, volta a respirar maior vigor, renovada em modelos de investigação da língua no texto, a par da retomada dos estudos diacrônicos, agora em novas bases calcadas em *corpora* não literários, sobretudo em fontes documentais que auxiliam na reconstrução da trajetória do português no Brasil. Contribuí, por seu turno, para essa diversificação, uma nova ordem científica, em que a iniciativa pessoal cede espaço para grupos de trabalho organizados em nível nacional, invariavelmente vinculados aos programas de pós-graduação das universidades estatais.

Ao tratar dessa **fase diversificada**, acometem-me as dificuldades próprias de quem visa fazer a história de seu tempo, o que, do ponto de vista epistemológico, haver-se-á mesmo de considerar impossível. Surgem problemas que o olhar recente não resolve, como o de verificar que experiências em articulação constituem efetivo domínio de saber, distinguindo-se de meras experiências passadas. Algumas premissas inarredáveis da práxis historiográfica, como é o caso do *princípio da contextualização* (Koerner, 1995), resultam inaplicáveis, já que a proximidade dos fatos inibe a exata – para não dizer isenta ou imparcial – avaliação do momento político-científico-cultural em que surgem e se disseminam as idéias.

Quando, por exemplo, dirigimos o olhar para a segunda metade do século XIX no Brasil, enxergamos sua *episteme*, que emerge do discurso

11 Não discuto aqui, embora seja pertinente, a questão polêmica sobre as relações entre a análise do discurso e a lingüística. No Brasil, inegavelmente, a análise do discurso vem crescendo em grupos sem formação específica na lingüística.

formulado no âmbito das ciências em geral, com identidades claras de princípios, um conjunto de relações que está em todo o discurso científico dessa época. O olhar sobre o passado pode observar essa “fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima” (Foucault, 2000, p.217). O olhar sobre a contemporaneidade, infelizmente, segmenta-se em recortes que deixam o todo invisível.

CAVALIERE, R. A proposal of linguistics studies periodization in Brazil. *Alfa* (São Paulo), v.45, p.49-69, 2001.

- *ABSTRACT: One of the most important tasks the researcher of linguistic historiography must afford in Brazil concerns the establishment of periodization. Not only the periods of more intensive scientific production, but also those in which linguistics and philological works were not so expressive must be recognized as part of a process, so that an actual and exact approach of linguistic thought in Brazil can be made. This paper offers a proposal of periodization that makes reference to all theoretical streams in philological and linguistic works, from the beginning to the present time. Earlier periods, in which the “atmosphere of opinion” can be studied on more reliable basis, deserve more substantive comments. Recent periods, on the other hand, are object of special reference as an evident expression of linguistic knowledge, as well as part of the whole process of continuity and discontinuity that characterises the development of linguistic ideas in Brazil. Its treatment, however, reveals absence of a definite opinion, as a result of the contextualization problems the historiographer faces when dealing with the scientific practice of his time.*
- *KEYWORDS: Historiography; periodization; linguistics and philology in Brazil.*

Referências bibliográficas

- ALI, M. S. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966a.
- _____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 7.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966b.

- ALI, M. S. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- ANCHIETA, J. de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Ed. fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990.
- BEM VEIGA, A. do. Projeto do estudo da norma lingüística culta em algumas capitais do Brasil. *Littera (Rio de Janeiro)*, n.3, ano I, p.99, 1971.
- CÂMARA JR., J. M. Os estudos do português no Brasil. In: _____. *Dispersos (Rio de Janeiro)*, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- _____. *Problemas de lingüística descritiva*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ELIA, S. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- KOERNER, K. Persistent issues in linguistic historiography. In: _____. (Ed.) *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. São Paulo: Unicamp, Pontes, 1997.
- NASCENTES, A. A filologia portuguesa no Brasil. In: *Estudos filológicos*. s.l.: s.e., 1939.
- OITICICA, J. *Manual de análise (léxica e sintática)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1953.
- PEREIRA, C. de A. Uma carta de Mário Barreto ao Prof. Sousa da Silveira. *Alfa-Ômega (Rio de Janeiro)*, n.2, p.9-12, nov.1945.
- REIS, F. S. dos. *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 2.ed. revista, corrigida e annotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz: Typ. R. d'Almeida, 1871.
- RANAURO, H. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem do Brasil*: Silvio Elia e João Ribeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, FEUC, 1997.
- SILVA, M. de C. e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.